



III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO
27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2005
FLORIANÓPOLIS – SC

COMUNICAÇÃO INDIVIDUAL

A cobertura jornalística sobre a Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco e o meio ambiente: um estudo de caso dos jornais Zero Hora, Correio do Povo e Folha do Mate

Carine Massierer¹

Resumo

Este artigo traz uma análise da cobertura jornalística sobre a Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco, no Rio Grande do Sul. Enquanto maior produtor, a fumicultura desempenha, no estado, um papel importante nos aspectos econômico, social, político e ambiental e, por isso, a possibilidade de aprovação do documento desencadeou manifestações por parte dos agricultores e suas entidades representativas, das empresas fumageiras e dos governos municipais e estadual. Como resultado desta interação social, o jornalismo contribuiu não só para intermediar os acontecimentos, mas também para a promoção de novos fatos, que acabaram por modificar o contexto social.

Palavras-chave: **Convenção-Quadro, Fumicultura, Meio Ambiente, Jornalismo e Relações de Poder**

¹ Jornalista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação PPGCOM/UFRGS e Especialista em Marketing pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS. E-Mail: cmassierer@yahoo.com.br

1 Introdução

A Região Sul do país (Paraná (15%), Santa Catarina (35%) e Rio Grande do Sul (50%)) responde por 96,4% da produção nacional de fumo. A atividade envolve 2,4 milhões de pessoas (dados da Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra) e o setor movimenta cerca de R\$ 4 bilhões por ano.

No Rio Grande do Sul, em 1853, a região da Colônia de Santa Cruz, (dados da Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra), hoje Região do Vale do Rio Pardo, já possuía uma das principais áreas de cultivo de fumo. Strohschoen (1994, p.36) afirma que, em Venâncio Aires, a cultura do fumo está presente desde o início do povoamento da cidade, por volta de 1860 e o impulso nas exportações na década de 70 fez o município despontar no setor. Tanto que a expectativa, de acordo com a Folha do Mate de 28 de janeiro de 2005, é que nesta safra sejam produzidas 26.960 toneladas de fumo, índice 10% superior à safra passada. Com este volume, Venâncio Aires ocupa a primeira posição na produção sulbrasileira de fumo e concentra o maior complexo de indústrias de beneficiamento de tabaco do planeta, juntamente com Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

Pela importância que tem, tanto no retorno de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as prefeituras municipais e como fonte principal de renda para 200 mil agricultores, a cultura do fumo se constitui como um dos principais empregadores de mão-de-obra na região e como parte da cultura local. Assim, é notória a importância que, tanto a cultura, como as empresas fumageiras, têm perante a sociedade.

A possibilidade de aprovação da Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco, em fevereiro de 2003, em Genebra, por parte dos 192 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou em alerta o setor da fumicultura no Rio Grande do Sul. Em maio de 2004 a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados e enviada ao Senado, provocando repercussão na opinião pública. Os agricultores, trabalhadores em fumageiras, entidades representativas das empresas e dos agricultores se uniram aos políticos para pressionar e alertar a sociedade sobre as alterações no âmbito econômico, caso a convenção fosse aprovada.

A partir de então a imprensa também passou a refletir as mobilizações sociais e a cobertura jornalística é intensificada a partir de setembro. Com a intenção de compreender o que levou a convenção-quadro a ser escolhida como tema noticiável, se as notícias eram uma reação a acontecimentos específicos, que aspectos vinham sendo

noticiáveis, quem eram os principais agentes de notícias sobre este assunto e verificar se, tendo em vista que a convenção-quadro afeta globalmente todos os cidadãos de diversos países, fatores como a proximidade geográfica e cultural com as regiões de maior produção, afetam a cobertura jornalística.

Para isso foram analisadas matérias sobre a convenção-quadro publicadas nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, de grande repercussão estadual, e Folha do Mate - jornal de representatividade em Venâncio Aires, município com maior produção de fumo. O período de análise das matérias foi de 11 de setembro de 2004 a 28 de janeiro de 2005, dias em que se intensificaram as mobilizações contra a aprovação da convenção e também as veiculações na mídia.

Seguindo os preceitos de Traquina (2001, p.122), de que “as notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social”, este estudo seguirá a metodologia do paradigma etnoconstrucionista, que tem como base o trabalho jornalístico compreendido no contexto social. Para isso, é essencial compreender, primeiramente, a importância econômica, social e cultural que tem a fumicultura no Rio Grande do Sul e, em que medida o crescimento desta atividade no estado representa a consequente modificação da matriz produtiva e os reflexos para a saúde dos agricultores e a preservação ambiental.

2 A Fumicultura e o Meio Ambiente

A agricultura, em decorrência da globalização e do desenvolvimento, passa a ser influenciada pelas novas tecnologias e acaba sendo mercantilizada, assim como a fumicultura. No Brasil, as empresas do setor são coordenadas por multinacionais e seguem os princípios capitalistas em toda a cadeia produtiva, envolvendo desde os agricultores e outras empresas até o poder público e a sociedade na busca do crescimento econômico. Porém, Capra (2002, p. 157) alerta que o desenvolvimento contínuo e indiferenciado é claramente insustentável, pois a expansão ilimitada num planeta finito só pode levar a catástrofe:

Com efeito, nesta virada de século, já está mais do que evidente que nossas atividades econômicas estão prejudicando a biosfera e a vida humana de tal modo que, em pouco tempo, os danos poderão tornar-se irreversíveis. Nessa precária situação, é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto das suas atividades sobre o meio ambiente natural.

O cultivo de fumo geralmente é desenvolvido nas regiões de topografia acidentada, em pequenas áreas (2,5 hectares) e o manejo e os tratos culturais são pouco ou nada mecanizados. Devido a estas condições é necessária muita mão-de-obra, o produtor precisa se dedicar nove meses por ano ao trabalho (que envolve o cultivo do fumo até a secagem e entrega para as fumageiras) e, no momento da venda, o produto precisa ter garantia de aceitação no mercado.

Esta relação é o que Strohschoen (1994, p. 4) chama de processo de dependência do produtor à empresa, porque antes de iniciar na atividade, ele já tem o contato com uma fumageira para a garantia de venda do produto:

O relacionamento e a dependência direta criada entre produtor e empresa se faz por meio da aquisição dos insumos por parte do produtor, sua adaptação ao padrão tecnológico a serem postos em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, ao estabelecimento de exclusividade e garantia na aquisição do produto por parte da empresa.

A autora destaca ainda que devido à oferta excessiva do produto no mercado, o preço tende a cair e aumenta também o rigor compradores na classificação do fumo. (STROHSCHOEN, 1994, p.23) Porém, o interesse pela rentabilidade da fumicultura é o que tem motivado, cada vez mais, os produtores a se dedicarem à atividade, pois a renda média chega, segundo informações da Afubra, a R\$ 18.363,00 por ano.

Outros reflexos da fumicultura são a grande quantidade de insumos utilizada no cultivo, a pouca diversificação de produção, a geração insuficiente de alimentos para a sobrevivência e as condições de saúde de quem lida com estes insumos. Os efeitos, a longo prazo, do uso excessivo de produtos químicos e da monocultura na agricultura, para Capra (2002, p.203), são desastrosos:

A tendência de criação de grandes mercados internacionais para um único produto gera grandes áreas de monocultura que reduzem a biodiversidade e assim põe em risco a própria produção de alimentos, uma vez que as plantas ficam mais vulneráveis a doenças, pragas e ervas daninhas. Esses problemas tornam-se ainda piores nos países em desenvolvimento, cujos sistemas tradicionais de diversidade de lavras e alimentos estão sendo substituídos por monoculturas que determinam a extinção de inúmeras espécies de seres vivos e criam novos problemas de saúde para a população rural.

Há também o aquecimento global do planeta que é uma das conseqüências da utilização dos fertilizantes químicos e dos à base de nitrogênio, utilizados no cultivo de fumo. (SHIVA, 2001, p.74) Outro problema é a concorrência dos mercados mundiais do

algodão, do tabaco e da laranja dos Estados Unidos que passaram a se confrontar com os cultivos realizados no hemisfério sul. Segundo Veiga (2003, p.201), “com isso os agricultores dos países periféricos foram confrontados com um forte barateamento das *commodities* produzidas no chamado primeiro mundo”.

Leff (2001, p.15) afirma que a visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. Com a preocupação de que seja instaurado um processo de desenvolvimento mais sustentável e de reduzir a produção e o consumo do tabaco no mundo, medidas que refletem também na preservação ambiental, surgiu a proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS), chamada de Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

No entanto, a preocupação com a preservação ambiental e a saúde humana, que motivaram a criação desta medida, não se tornaram fatores noticiáveis pela imprensa a não ser quando se solidificaram mobilizações contrárias a aprovação da convenção-quadro. Para compreender de que forma a convenção-quadro passou a ser notícia é preciso levar em conta que a agricultura e o meio ambiente, que antes eram tratados como um bem público, passaram a se configurar de outras maneiras diante da nova configuração do espaço público contemporâneo e estão sendo administrados com o objetivo de geração de lucros. Além disso, o poder instituído pelas multinacionais, através do trabalho envolvendo toda a cadeia de produção da fumicultura, já está legitimado pela sociedade. Esta interação social, que é afetada pelas relações de poder, vai influenciar na constituição dos acontecimentos jornalísticos.

3 As Relações de Poder e o Jornalismo

As modificações econômicas, sociais, culturais e ambientais decorrentes da estruturação da sociedade capitalista geraram a perda de poder por parte do estado-nação, mas não sua perda de influência. Castells (2001, p.423) destaca que o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação e o poder que vem se instaurando é identificável e difuso. “A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades

organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento”.

O poder passa a ser estruturador da sociedade e o jornalismo, assim como as novas tecnologias, passam a exercer papel fundamental neste contexto, enquanto intermediadores das relações por meio de uma representação do espaço público, tarefa antes atribuída ao estado-nação que passou a perder poder. Além disso, segundo Traquina (2001, p.122) o jornalismo se constitui enquanto resultado de um processo de interação social:

As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem 1) os constrangimentos organizacionais; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; e 4) as identidades das fontes de informação com quem falam.

No entanto, é preciso ressaltar que o objetivo não é o de avaliar o jornalismo enquanto quarto poder, mas compreender que existem relações de poder instituídas e que estas influenciam os jornalistas e também são influenciadas pelas notícias. Desta forma, os jornalistas não podem ser considerados apenas como observadores passivos, como resalta Traquina (2001, p.122), mas como participantes ativos na construção da realidade e as notícias acontecem na conjuntura de acontecimentos e textos. Conforme o autor, “enquanto o acontecimento cria a notícia (porque as notícias estão centradas no referente), a notícia também cria o acontecimento (porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do próprio processo de produção)”.

A relação entre o acontecimento e a notícia também passa pela participação das fontes neste processo e, tanto a teoria estruturalista quanto a teoria etnoconstrucionista chegam à conclusão “de que as fontes oficiais dominam o processo de produção das notícias e que os mídia noticiosos reforçam o poder instituído”. (TRAQUINA, 2001, p.123).

Por isso a importância da análise das matérias sobre a convenção-quadro nos jornais não se deve somente ao fato de permitir a compreensão de quem são as fontes, mas de que forma as fontes e os acontecimentos influenciam a produção jornalística. Também permite verificar se a imprensa consegue disponibilizar informações sobre todo o contexto que envolve a fomicultura ou detêm a publicação das manifestações que foram realizadas com o objetivo de buscar a não ratificação da convenção.

4 A Convenção-Quadro e a cobertura jornalística

A Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco fixa padrões internacionais para o controle do consumo do tabaco e adota providências relacionadas à propaganda e patrocínio, à política de impostos e preços, ao comércio ilícito, ao tabagismo passivo, à proteção do meio ambiente durante a produção e estabelece que países produtores promovam alternativas econômicas viáveis para os trabalhadores e cultivadores de fumo. No Brasil, o texto original foi apresentado pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, à Câmara dos Deputados, em 27 de agosto de 2003, tendo em vista que somente a aprovação por parte dos parlamentares poderia ratificar o apoio ao tratado internacional antitabagista.

Em 2003, o assunto não teve muita repercussão na mídia e para a sociedade. No entanto, desde que foi aprovada pela Câmara dos Deputados, a convenção-quadro passou a gerar manifestações tanto por parte de entidades representativas de agricultores como de empresas e de políticos e a despertar o interesse da imprensa, que passou a noticiar o tema. Isto aconteceu porque a convenção-quadro cumpriu os requisitos mínimos da rotina jornalística, que estabelece que “para ser constituída em notícia, uma ocorrência ou uma problemática tem que entrar no campo de visionamento da empresa jornalística”. (TRAQUINA, 2001, p.98).

A rotina de publicação de matérias sobre a convenção-quadro nos jornais Zero Hora, Correio do Povo e Folha do Mate foi intensificada de setembro de 2004 até o final de janeiro de 2005, período definido como objeto de análise neste estudo.

No Correio do Povo foram publicadas 11 matérias, todas elas na editoria rural, sendo que no período em que se intensificaram as mobilizações contra a ratificação da Convenção-Quadro no estado também houve acréscimo de matérias no jornal. Isto aconteceu dias 18 e 19 de novembro, 28 e 29 de novembro e 3, 4, 7 e 9 de dezembro. Com relação ao conteúdo, quase todas as matérias foram pautadas pelas mobilizações atuais feitas pelos agricultores e representantes das indústrias e dos produtores, com a intenção de defender a não ratificação da Convenção-Quadro, como na manchete de 11 de setembro de 2004, “Setor fumageiro quer apoio do governador contra OMS”.

Conforme Traquina, (2001, p.97) a ordem do tempo influencia as empresas jornalísticas e faz com que o ritmo de trabalho jornalístico, o valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais, têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas. “Os

acontecimentos são mais facilmente observáveis porque estão definidos no espaço e no tempo”.

Em Zero Hora foram publicadas três matérias, dias 8 de novembro e 5 e 9 de dezembro. Em novembro o tema foi apresentado como uma reportagem especial publicada nas páginas 4 e 5, enquanto em dezembro o espaço utilizado foi a editoria de rural. Nas matérias havia opiniões favoráveis e contrárias, na mesma proporção, à ratificação da convenção. No dia 5 de dezembro o conteúdo publicado referia-se a audiência pública que seria promovida no dia posterior e de que forma a comunidade estava se mobilizando para receber os senadores que foram conhecer a realidade local dos cultivadores de fumo na Região de Santa Cruz do Sul. Já no dia 9 de dezembro uma matéria pequena (4,5 cm X 10 cm) tratava sobre o fato de que parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados iriam exigir garantias do governo brasileiro antes que o senado aprovasse a convenção. O tratamento dado às informações neste jornal parece ponderar muito bem o jogo de interesses que existe por trás de cada uma das informações publicadas, dando a fontes diferentes a possibilidade de inserção nas matérias jornalísticas.

Comparando estes dois jornais percebe-se que as fontes não são iguais no seu acesso ao campo jornalístico. Segundo Schlesinger, citado por Traquina (2001, p.111), “as fontes não são, por isso, todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente constituído”.

Já o jornal Folha do Mate teve um total de 24 matérias publicadas, sendo seis matérias em setembro, duas em outubro, cinco em novembro, sete em dezembro e quatro matérias em janeiro, sendo uma delas integrante do caderno especial, de 28 de janeiro, que tratava sobre a 9ª Festa Municipal do Fumo. Dos jornais analisados, apesar de ser bi-semanal (os demais são diário), é o que apresentou o maior número de matérias publicadas.

No dia 14 de setembro, além de três páginas internas, a capa trazia a manchete relacionada ao tema “Região mobilizada contra o fim da cultura do fumo”. Na página 11, um anúncio de página inteira, pago pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) anuncia: “Querem acabar com a fumicultura”. Na página anterior, a matéria tratava sobre o apoio do prefeito em defesa do setor. Já na página 12 o enfoque era para os aspectos econômicos e os empregos gerados a cada ano pelas empresas do setor. A partir deste anúncio da Afubra começaram as mobilizações, a sociedade passou a discutir o assunto e a imprensa a noticiá-lo. A constituição de um acontecimento, ou de

uma questão em notícia, para Traquina (2001, p.100) significa dar existência pública a esse acontecimento ou a essa questão, de constituí-los como recursos de discussão.

Uma das poucas matérias que apresenta tanto os fatores positivos quanto negativos da convenção-quadro é a do dia 24 de setembro, na coluna de Selvino Heck:

Qualquer avanço real no combate ao fumo passa por duas coisas: a conscientização de que fumar faz mal à saúde e a partir daí cada um cuida da sua vida se quiser viver mais e de forma mais saudável; e um processo de reconversão econômica onde os que dependem dele, de um jeito ou de outro, para sua sobrevivência possam achar outros meios de plantar produtos com a mesma lucratividade ou possam ter empregos e salários. O debate central deve estar focado nesta questão e é o que se espera de governos, movimentos sociais, sociedade em geral. Sem terrorismo ou chantagens. (FOLHA DO MATE, 24 DE SETEMBRO DE 2004, P.10)

Nas demais edições o jornal restringe suas matérias a informar a respeito das mobilizações que estavam ocorrendo, refletindo a importância que a cadeia produtiva do fumo têm para a economia do município e da região. Estes dados, e a afirmativa que o Jornal Folha do Mate foi o que mais publicou matérias neste período, apóiam a afirmativa de Traquina (2001, p. 151), citando Galtung e Ruge, de que a proximidade geográfica e cultural é muito importante e influenciam diretamente a produção jornalística.

Uma das exceções, a publicação dos acontecimentos, é a matéria sobre câncer, da edição de 8 de outubro de 2004, onde o oncologista Marcelo Dotto ressalta, em entrevista, que o fator de risco mais identificado até hoje como causa do câncer é o tabagismo: “Cerca de 30% dos casos de câncer no mundo hoje são causados pelos cigarro, especialmente de pulmão, garganta e boca”. Outro destaque é a publicação de uma entrevista, em 22 de outubro, com Allan K. N. Bichinho, diretor presidente da empresa fumageira CTA Continental, onde ele afirma que a Convenção-Quadro é uma guerra econômica.

Em novembro, as edições consecutivas do início do mês traziam matérias sobre o assunto, mas vinculada a ações de políticos locais e também de deputados. Como afirmam Molotch e Lester, citados por Traquina (2001, p.11) “não só as notícias dos jornais não locais privilegiam as fontes do poder econômico e do poder nacional como dão mais destaque às notícias que privilegiam estas fontes, tanto nos jornais locais como nos não locais”.

Em dezembro o jornal relatou apenas os acontecimentos como a audiência pública que aconteceu em Santa Cruz do Sul, no dia 6 de dezembro, com a presença de mais de 10 mil pessoas, que foi promovida pela Comissão de Relações Exteriores do

Senado. Neste mês um artigo publicado dia 10 e assinado por Albino Gewer (Técnico Agrícola e Membro da Câmara Setorial do Fumo) continha um histórico sobre a origem das discussões sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, iniciadas em 1995. De acordo com o Técnico Agrícola, a situação de extermínio da produção de fumo está sendo instituída pelo Sindifumo/RS e ITGA-Afubra, com a intenção de promover uma polêmica, “que é falsa e carece de sustentação”. Gewer ressalta ainda que:

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados em 13/06/2004, após parecer favorável do relator, e só causou polêmica 90 dias após em 14/09/2004, mediante publicação em jornais de nota da Afubra, sob o título “Querem acabar com a fumicultura”, nesta nota afirmam que seriam extintos 2,4 milhões de empregos. Desta forma a Afubra, agrada a indústria do fumo e reabre seu canal de diálogo com a indústria, redimindo-se de ter proposto a distribuição da renda do setor, permanecendo como “negociadora do preço do fumo” e permitindo aos seus aliados políticos o uso desta polêmica em pleno período eleitoral. (FOLHA DO MATE, 10 DE DEZEMBRO DE 2004, P.15)

No dia 31, no Caderno Folha Retrospectiva, o assunto destaque foi “Mobilização total da região impediu a ratificação da convenção-quadro”, assunto abordado como sendo o fato mais marcante da agricultura do município e da região em 2004.

No mês de janeiro foram publicadas matérias dias 14 e 28 de janeiro. Dia 14 a matéria tratava sobre o crescimento da economia gaúcha e a elevação do PIB em R\$ 149 bilhões, sendo que um dos melhores desempenhos foi o da indústria do fumo que teve um aumento de 28,9%. No dia 28, na página 12, matéria tratava sobre a decisão de duas entidades em lançar campanha de pró-ratificação da convenção-quadro. Ao lado, a coluna de Edemar Etges apresentou dados que comprovam que Venâncio Aires é o primeiro município sulbrasileiro em produção de fumo, tanto em quantidade como em qualidade e encerra salientando que “Diante destes dados, francamente, não é possível entender como é que tem gente que é contra o fumo”. (FOLHA DO MATE, 28 DE JANEIRO DE 2005, P.12). Já na página seguinte, apresenta-se a matéria “Produtor aposta firme na fumicultura”. Também neste dia foi encartada a Folha Especial, com oito páginas, que teve como tema a Festa Municipal do Fumo, e foi patrocinada pelas fumageiras, Afubra, transportadoras e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

5 Conclusões

Com esta análise sobre a cobertura dos Jornais Zero Hora, Correio do Povo e Folha do Mate, foi possível verificar não só como se dá a produção jornalística e as

influências dos acontecimentos na elaboração do texto, bem como o poder exercido pela cultura do fumo, as relações políticas e os interesses guiados pela lógica de mercado.

A Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco passou a ser notícia quando influenciou a mobilização da opinião pública e passou a ser visionada pelas empresas jornalísticas. A partir de então, as relações de poder, que mantêm a sociedade, entraram em ação e passaram a influenciar diretamente as notícias por meio da produção de acontecimentos. Neste processo as fontes do poder econômico, político e de expressão nacional se solidificaram como os principais atores dos acontecimentos e das matérias jornalísticas.

A análise permitiu detectar que não somente as notícias foram geradas a partir de acontecimentos, mas que a publicação de um anúncio pago pela Afubra nos principais jornais do estado e as mobilizações sociais (acontecimentos) também influenciaram a imprensa, demonstrando que, cada vez mais, os processos passam a ser mediados e jornalismo cumpre um papel muito importante enquanto principal fonte de informação.

A forma como o jornalismo, enquanto intermediador das relações passou a contribuir para a consolidação da imagem criada por estes grupos sociais a respeito da convenção-quadro, influenciando e sendo influenciado pelas mobilizações, comprova que o jornalismo precisa ser compreendido como parte integrante e atuante no contexto social em que está inserido, avaliação também compactuada por Molotch e Lester que destacam que “a produção de notícias não pode ser entendida fora da economia política da sociedade dentro da qual ela é produzida”. (TRAQUINA, 2001, p.112)

E é por fazer parte do contexto social que a aproximação cultural e geográfica afeta diretamente a produção das matérias jornalísticas. Enquanto Zero Hora e Correio do Povo procuravam apresentar os acontecimentos, em Folha do Mate todas as matérias publicadas apresentavam a convenção como um documento que buscava a eliminação das lavouras de fumo. As exceções foram um artigo e uma coluna publicados em Folha do Mate e uma matéria de Zero Hora, que tiveram a preocupação de demonstrar os aspectos positivos e negativos que envolvem a ratificação da convenção.

O jornalismo expressou muito mais a reação a acontecimentos específicos do que serviu como instrumento para levar aos cidadãos informações sobre os efeitos a médio e longo prazo da cultura do fumo e da convenção-quadro, nos aspectos sociais,

ambientais, econômicos e de saúde, fatores considerados relevantes para a sustentabilidade do planeta e que devem ser assumidos pelo jornalismo, enquanto principal intermediador das relações nas sociedades modernas, como afirma Canuto (1996, p.117):

[...] somente com a comunicação será possível conscientizar a população, segmentos representativos da sociedade civil e os governos de que o atendimento às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro é uma tarefa de toda a sociedade mundial, não só de uma pessoa, organização e de um só país. (CANUTO, 1996, p.117).

No entanto, para que a imprensa possa contribuir para a conscientização dos cidadãos sobre a importância de preservar o meio ambiente e viver de uma forma sustentável, como espera Canuto, é necessária a união de todas as pessoas por uma sociedade que tenha como base à liberdade de expressão, a participação e a solidariedade.

No dia 27 de fevereiro entrou em vigor, em todo o mundo, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e o Senado ainda não aprovou a proposta. O Brasil tem até o dia 7 de novembro para ratificar o tratado, pois só assim o país poderá ser representado na primeira reunião da Conferência das Partes, que acontece em fevereiro de 2006. Até agora a pressão através de mobilizações sociais conseguiram protelar qualquer decisão. Porém a imprensa ainda pode contribuir muito para que os cidadãos possam avaliar, ponderadamente, como garantir um futuro mais justo e igualitário.

6 Bibliografia

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. [on line] Disponível em: <http://www.afubra.com.br/institucional/index.php?idiomas_id=1&acao=conteudo&conteudos_id=13>, Acesso em: 20 de fevereiro de 2005

CANUTO, João Carlos. Um novo imaginário social: O Desenvolvimento Sustentável. In: DENKER, Ada de Freitas Maneti et. Al, orgs. Comunicação e Meio Ambiente. São Bernardo do Campo: Intercom, 1996.

CAPRA, Fritjof. As Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 3ª ed., 2001

FOLHA DO MATE. A agricultura e o fumo. **Venâncio Aires, 24 de setembro de 2004, p.10**

FOLHA DO MATE. Convenção-Quadro é uma guerra econômica. **Venâncio Aires, 22 de outubro de 2004, p.16**

FOLHA DO MATE. Fumo fino. **Venâncio Aires, 5 de novembro de 2004, p.12**

FOLHA DO MATE. Salvaguardas aos fumicultores. **Venâncio Aires, 10 de dezembro de 2004, p.15**

FOLHA DO MATE. Economia gaúcha cresce 3,6% em 2004 e eleva PIB a R\$ 149 bilhões. **Venâncio Aires, 14 de janeiro de 2005, p.10**

FOLHA DO MATE. Folha Especial. **Venâncio Aires, 28 de janeiro de 2004. p. 04**

FOLHA DO MATE. Dados. **Venâncio Aires, 28 de janeiro de 2004. p.12**

LEFF, Edgar. **Cidadania, Globalização e Pós-modernidade.** In: __Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. **Petrópolis: Vozes, 2001**

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: A pilhagem da Natureza e do Conhecimento.** **Petrópolis: Vozes, 2001. p. 67-90**

STROHSCHOEN, Ana Maria. **Comunicação: dependência e dominação. O caso do fumo no Rio Grande do Sul.** **Viçosa: UFV, 1994. 97p**

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** **São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001**

VEIGA, José Eli da. **A agricultura no mundo moderno: diagnóstico e perspectivas.** **TRIGUEIRO, André (coord.).** **Meio Ambiente no Século 21.** **Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 198-213**

ZERO HORA. Fim das lavouras de fumo volta à discussão no Senado. **Porto Alegre, 8 de novembro de 2004, pgs.4 e 5**